

# **SEXUALIDADES (EX)CÊNTRICAS, LEITURA LITERÁRIA E FORMAÇÃO HUMANA: UM DIÁLOGO PROMISSOR\***

## **(EX) CENTRAL SEXUALITIES, LITERARY READING AND HUMAN FORMATION: A PROMISING DIALOGUE**

Elisângela Bertolotti\*

Ana Paula Teixeira Porto\*

### **RESUMO**

No contexto brasileiro, a sexualidade e a diversidade são algumas das temáticas com maior invisibilidade dentre os assuntos contemplados em textos, em veículos de comunicação e em sala de aula. Com base nisso, ao identificar o importante papel que a leitura e a escola têm no sentido de ampliação das possibilidades de formação humana, em uma perspectiva humanizadora, este estudo objetiva refletir sobre práticas sociais da temática: a violência contra os LGBT, com ênfase nas sexualidades “excêntricas”<sup>\*</sup> – travestis e transexuais, a fim de apresentar textos que podem ser abordados em sala de aula e que conduzam a uma reflexão acerca da temática, visando a uma formação sensível e humana dos sujeitos. Os textos literários selecionados para análise são: miniconto “DaniELA”, de Wellington Júnior Costa e o poema “Transfobia”, de Virgínia Guitzel. Utilizar-se-á, para o desenvolvimento deste trabalho, os pressupostos dos autores Candido (1995), Antra (2018), Bento (2009), Bhabha (1998), dentre outros. Ressalta-se que os textos literários analisados questionam a padronização social e os silenciamentos impostos pela sociedade, o que reitera a necessidade de diálogo e reflexões em torno da temática da diversidade sexual.

**Palavras-chave:** Literatura. Educação. LGBT. Diversidade sexual.

### **ABSTRACT**

In the Brazilian context, sexuality and diversity are some of the most invisible themes among the subjects contemplated in texts, in communication vehicles and in the classroom. Based on this, by identifying the important role that reading and school play in expanding the

---

\* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

\* Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Urugai e das Missões – URI Câmpus de Frederico Westphalen. E-mail: elisangelabertolotti@gmail.com

\* Doutora em Letras e professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Urugai e das Missões – URI Câmpus de Frederico Westphalen. E-mail: anapaula@uri.edu.br

\* Utiliza-se o termo “excêntrico” – entre aspas, neste artigo, com a intenção de chamar a atenção para a avaliação “fora de centro” que é dada a sexualidades não associadas ao padrão heteronormativo. Além disso, pontua-se, na grafia em destaque da palavra, o quão a expressão ainda sinaliza uma avaliação pejorativa porque “foge” do eixo “adequado” e revela um preconceito a sexualidades ditas “não padrão”.

possibilities of human formation, from a humanizing perspective, this study aims to reflect on the social practices of the theme: violence against LGBT, with emphasis on “eccentric” sexualities - transvestites and transsexuals, in order to present texts that can be approached in the classroom and that lead to a reflection on the theme, aiming at a sensitive and humane formation of the subjects. The literary texts selected for analysis are: Wellington Junior Costa's “DaniELA” miniconto and Virginia Guitzel's poem “Transfobia”. It will be used, for the development of this work, the assumptions of the authors Candido (1995), Antra (2018), Bento (2009), Bhabha (1998), among others. It is noteworthy that the literary texts analyzed question the social standardization and the silences imposed by society, which reiterates the need for dialogue and reflections on the theme of sexual diversity.

**Keywords:** Literature. Education. LGBT. Sexual diversity.

## INTRODUÇÃO

A leitura é parte essencial na formação dos sujeitos, pois amplia os conhecimentos sobre o mundo e sobre o homem e fortalece as concepções e possíveis ações sobre assuntos de teor social que exigem uma leitura crítica e reflexiva. Além disso, é indispensável para a aprendizagem do ser humano e responsável por despertar nos sujeitos inquietudes que ressoam em novas possibilidades leitoras e em transformações sociais, culturais, humanas. Por isso o desenvolvimento de habilidades e competências leitoras faz parte do processo educativo desde a Educação Infantil.

Quando relacionam essas possibilidades que a leitura traz, a literária surge como uma potencialidade singular. De acordo com Antônio Candido (1995, p. 243), a leitura literária “confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas”. Dessa forma, contribui para a formação de indivíduos críticos e reflexivos, que compreendem, interpretam e inferem sobre suas leituras e sua realidade – algo que se justifica pela natureza estética de como a literatura se constrói e como seus constructos ecoam novas significações para a vida de quem lê.

As temáticas e discussões propostas pelos textos, visualizadas em distintas linguagens e inúmeros suportes de veiculação, são ampliadas à medida que novas leituras são realizadas e relacionadas e permitem que os indivíduos leitores questionem e reflitam sobre assuntos de teor social que são discutidos no seu cotidiano (ISER, 1996). Assim, por intermédio da leitura de textos que tenham como assunto central questões polêmicas e que necessitem de posicionamentos reflexivos, lacunas, associadas a percepções estereotipadas da sociedade, podem ser compreendidas e motivar diálogos fecundos que objetivam ampliar a leitura de

temas relevantes.

Nesse viés, vê-se que, no contexto brasileiro, dentre os assuntos contemplados em textos e veículos de comunicação que têm pouca abordagem no cotidiano escolar e social dos indivíduos, a sexualidade e a diversidade são algumas das temáticas com maior invisibilidade. Estas, quando problematizadas, atrelam-se a uma lógica biologicista. Logo, compreende-se que essas temáticas tornam-se cada vez mais necessárias de reflexões dentro e fora do âmbito escolar, tendo em vista a importância que esses conteúdos têm enquanto formadores de sujeitos reconhecedores da diversidade, da relevância e respeito desta na comunidade em uma perspectiva que prima pela valorização dos direitos humanos.

Refletindo sobre essas temáticas sociais que são, em grande maioria, deixadas à margem pela sociedade e, conseqüentemente, por espaços educativos, reitera-se o papel que a leitura e a interpretação das linguagens podem ter enquanto facilitadoras do processo de compreensão social da diversidade. Segundo Candido (1995, p. 191), “uma sociedade justa pressupõe o respeito aos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis e um direito inalienável”. Assim, reconhecer a leitura literária como instrumento de humanização é uma maneira de contribuir para o desenvolvimento humano, educativo e político-social.

Com base nesses pressupostos que assinalam um papel importante que a leitura pode promover no sentido de ampliação das possibilidades de formação humana em uma perspectiva humanizadora, este estudo objetiva refletir sobre práticas sociais sobre um tema em particular: a violência contra os LGBT, com ênfase nas sexualidades “excêntricas”<sup>†</sup> – travestis e transexuais, a fim de apresentar textos que podem ser abordados em sala de aula e que conduzam a uma reflexão acerca da temática, visando a uma formação sensível e humana dos sujeitos.

Os textos literários selecionados para análise são: miniconto “DaniELA”, de Wellington Júnior Costa, o qual é publicado no site ([https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=478984502122235&id=401857246501628](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=478984502122235&id=401857246501628)) e traz uma abordagem sobre a transexualidade; e o poema “Transfobia”, de Virgínia Guitzel, disponível no site <https://www.esquerdadiario.com.br/Poesias-TRANS-A-arte-da->

---

<sup>†</sup> Utiliza-se o termo “excêntrico” – entre aspas, neste artigo, com a intenção de chamar a atenção para a avaliação “fora de centro” que é dada a sexualidades não associadas ao padrão heteronormativo. Além disso, pontua-se, na grafia em destaque da palavra, o quão a expressão ainda sinaliza uma avaliação pejorativa porque “foge” do eixo “adequado” e revela um preconceito a sexualidades ditas “não padrão”.

resistencia-I. A escolha desses dois textos como objeto de reflexão sobre o tema da pesquisa está centrada em três fatores: a qualidade estético-literária; a abordagem sensível dada ao tema; a extensão dos textos para leitura e análise em sequências didáticas escolares. Além disso, ambos textos permitem discussões em torno das sexualidades como tabu, fator que permite que estereótipos sejam difundidos e o respeito com o outro e a prática da ética da alteridade, que deveriam ser valorizados, como aspectos inerentes à formação humana, sejam esquecidos. Dessa forma, promovem ao leitor olhares sobre o tema da diversidade sexual a partir de um viés crítico.

Dialogar essa temática no âmbito da educação, da formação de professores e de alunos que presenciam cada vez mais ações que reiteram a violência é uma forma de problematização da temática e, principalmente, um modo de ver os textos, as linguagens como meio de disseminação do respeito e da constituição da sensibilidade humana mútua. Entende-se, assim, que a sala de aula é identificada como ambiente propício para o debate sobre a diversidade sexual, o qual ocorre através das reflexões entre alunos e professores. O docente, tendo como ferramenta principal e de grande importância a literatura, tem a possibilidade de instigar os discentes a refletirem sobre questões que, às vezes, são ideologicamente conduzidas à proliferação, fazendo-os pensarem e sensibilizarem-se em relação ao outro e às suas peculiaridades.

Nesse sentido, as discussões estão articuladas em três eixos centrais: o primeiro contempla uma abordagem sobre a violência contra a comunidade LGBT com intuito de expor uma contextualização acerca do tema diversidade sexual; a segunda traz uma discussão sobre a importância do tema no contexto educacional; e a última mostra como textos literários – o miniconto e o poema citados acima – podem ser instrumentos de leitura propícios à ampliação da formação humana numa perspectiva que valorize direitos humanos e diversidade sexual.

## **1 DIVERSIDADE SEXUAL, VIOLÊNCIA E A HUMANIZAÇÃO DO SUJEITO ATRAVÉS DA LEITURA LITERÁRIA**

### **1.1 Violência contra os LGBT**

Os avanços tecnológicos possibilitam novos modos de comunicação, leitura e interpretação que expandem cada dia mais. Esse aspecto exige atualização dos sujeitos, tendo em vista fazer parte de suas vidas e ser lido, por grande parcela da sociedade, como parte da

constituição do ser humano. Nesse sentido, ao identificar as tecnologias e os avanços científicos como formar de crescimento no agir e pensar humano e social torna-se necessário rever alguns conceitos e questões, os quais a sociedade ainda está imersa. Dentre eles, apontam-se a violência contra os sujeitos LBGT, seja física ou moral e o modo padronizado que é imposto pela sociedade, com a intenção de reiterar uma unidade nacional, a qual desconhece a diversidade enquanto constituinte e viabilizadora da compreensão da singularidade social e humana.

Nesse escopo, o Movimento LBGT “é um movimento civil e social que busca defender a aceitação das pessoas LBGT na sociedade” (CELI, 2019, s.p). Sempre enfrentando várias barreiras e diversas manifestações de ódio, o movimento tem o apoio de organizações não governamentais que auxiliam na intenção de oferecer visibilidade a esses sujeitos. Dessa forma, a busca pelo respeito, pela igualdade e pela conscientização da comunidade que possui preconceito contra essas pessoas, é uma maneira de permitir a representatividade, a qual pressupõe que esses cidadãos não sejam rechaçados pelos diversos setores da sociedade, mas sim respeitados.

Naturalmente, como todo e qualquer movimento social, o Movimento LBGT, quando organizado, é composto por uma ampla rede de ativismo político e atuações culturais, incluindo as já famosas marchas de rua, bem como grupos voltados para a mídia, as artes e até mesmo as pesquisas acadêmicas (CELI, 2019, s.p).

As abordagens da mídia e das pesquisas científicas sobre Movimento LBGT corroboram a sua importância para a proliferação da ética da alteridade do respeito em nosso país. O Brasil possui a segunda maior parada gay<sup>†</sup> do mundo e, mesmo esse evento identificado por muitas pessoas como identidade nacional, o país ainda se mostra de forma paradoxal, uma vez que sedia um grande evento, com a participação de milhares de pessoas, e ainda apresenta enormes índices de violência contra esses sujeitos. Essa falta de respeito e empatia torna-se uma expansão maior a cada ano, com a visualização de atrocidades cometidas, as quais são manifestadas de diversas formas e, em vários casos, silenciadas pela exclusão, pelo medo e, principalmente, pela falta de políticas públicas que forneçam suporte a essas pessoas.

A violência contra os LBGT possui inúmeras formas de manifestação, simbólica ou

---

\* De acordo com o G1, em 2019, a 23ª Parada do Orgulho LBGT de São Paulo reuniu 3 milhões de pessoas, na Avenida Paulista (PINHONI, 2019, s.p).

fatal. Estas tentem a reforçar uma violência que pertence ao imaginário social, seja com ideias, crenças ou sentimentos. Compreende-se, ainda, pensando em uma sociedade movida midiaticamente, que os meios de comunicação praticam atos de violência, estigmatização e discriminação, uma vez que é possível identificar vários discursos preconceituosos que ampliam a vulnerabilidade dos sujeitos e perpetuam valores morais heteronormativos, dos quais os cidadãos são influenciados a seguir (MARTINS; FERNANDEZ; NASCIMENTO, 2010).

Nesse sentido, vê-se, nas pesquisas realizadas sobre a violência contra os travestis e transexuais – identidades de gênero enfatizadas neste trabalho, um panorama, em números, das atrocidades cometidas contra esses sujeitos. De acordo com um dos levantamentos mais recentes sobre homicídios de homossexuais, o *site* Agência Brasil, vinculado à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), publicou que o número de assassinatos de transexuais e travestis é o maior em dez anos no Brasil. Os números assinalam o quanto a sociedade brasileira ainda precisa avançar no sentido de reconhecer as sexualidades “excêntricas” como legítimas, sem anormalidade, e também de pensar em possibilidades de debate dessas questões na formação dos alunos.

O Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de transexuais, o que favorece que empresas internacionais, como a ONG Transgender Europe (TGEu) divulgue que a taxa de homicídios contra transexuais e travestis é maior no Brasil do que em países que já se têm pena morte para essas situações, tal como países do Oriente e da África (SOUTO, 2018, s.p). Dessa forma, a violência contra esses sujeitos aumenta cada vez mais no país e, embora “notificações judiciais tenham sido feitas, em 2018, dos assassinatos no Brasil, entre os concluídos, 96% foram arquivados. E somente 4% resultaram em denúncias à Justiça” (ANTRA, 2018, p. 15).

No ano de 2019, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2018, p. 14)<sup>§</sup> relatou, no *Dossiê dos assassinatos e da violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018* que “ocorreram 163 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 158 Travestis e Mulheres Transexuais, 4 Homens Trans e 1 pessoa Não-Binária. Destes, encontramos notícias de que apenas 15 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 9% dos casos.” As

---

\* Segundo Benevides e Simpson (2017, p. 2) “A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) é uma rede que articula em todo o Brasil mais de 200 instituições, a fim de desenvolverem ações para a promoção de direitos o resgate da cidadania da população de Travestis e Transexuais.”

travestis e transexuais femininas constituem um grupo vulnerável à morte prematura e violenta no Brasil. Logo, a expectativa de vida desses sujeitos é de 35 anos de idade, enquanto a população brasileira, de modo geral, tem uma expectativa de vida de 74,9 anos (IGBE, 2013). Em um comparativo dos números divulgados entre os anos de 2017 e 2018, a Associação relatou que

em um primeiro olhar, observa-se que o número de casos noticiados pela mídia são inferiores ao ano de 2017, que em uma primeira análise, sugere diminuição no número dos assassinatos de 179 (em 2017) para 163 (em 2018). Porém, na análise mais profunda destes mesmos dados, vemos um dado importante, que elucida a questão e traz um questionamento sobre o aumento da quantidade de casos não notificados pela mídia, em cerca de 30%, elevando assim o índice de subnotificação, sendo que em 2017 foram 34 casos não noticiados, contra 44 em 2018. Deste modo, deixa-se uma pergunta sobre o que de fato vem acontecendo com estes números, quando fica expresso que a não vinculação destes assassinatos evidencia que não houve queda real. Visto que, se fossem publicados, os dados seriam ainda maiores. Portanto, percebe-se que não houve uma queda no número dos casos, mas um aumento no número de subnotificações, em relação aos casos publicados (ANTRA, 2018, p.15).

Destaca-se, ainda, que o TGEu identificou que, entre os motivos que levam à agressão, “estão grandes níveis de violência no contexto histórico (colonialismo, escravidão, ditaduras), alta vulnerabilidade de transexuais na prostituição e a falha do Estado em prevenir e investigar esses crimes.” (CUNHA, s.d). Logo, esse excerto, somado à porcentagem de notificações de agressão/assassinato que foram arquivados e atitudes violentas das pessoas, reflete a carência de diálogos sobre essa temática e, sobretudo, a importância que discussões que abranjam esses dados têm na formação de sujeitos que desconhecem, por vezes, os direitos, os deveres e as necessidades dos demais.

Esses números alarmantes contribuem para os estigmas feitos às pessoas transexuais e travestis brasileiras, mantendo, inclusive, um dos maiores obstáculos desses sujeitos, a exclusão do mercado do trabalho e o aumento da evasão escolar. Conforme o Relatório da Violência Homofóbica do Brasil (2017), a transfobia permite que o mercado de trabalho seja reduzido e, conseqüentemente, alavanca a prostituição como uma única opção de sobrevivência. Não há nenhuma política que assegure o acesso ao mercado de trabalho, portanto, os travestis e os transexuais dependem de iniciativas de dirigentes de empresas para trabalharem dignamente.

A evasão escolar, outro fator que preocupa a comunidade trans, aumenta cada dia mais

no Brasil. Um dos estudos realizados pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexos (ABGLT)\*\* , em 2016, alerta que 73% dos estudantes declarados não heterossexuais, no Brasil, já foram agredidos verbalmente dentro da Escola. Esse número, ao ser alarmante, contribui para que a evasão escolar seja ampliada, tendo em vista ser a exclusão, em alguns casos, um meio de autoproteção.

A pesquisa divulgada pela ABGLT (2016) aponta que 1.016 jovens foram ouvidos e, dentre eles, 55% afirmam que ouviram inúmeros comentários agressivos sobre pessoas trans dentro da escola. Do restante, 45% apresentaram medo e insegurança sobre sua identidade/expressão de gênero. Com efeito, a evasão escolar é uma das saídas encontradas por esses sujeitos, tendo em vista o medo e a violência física e/ou verbal que poderão sofrer em um ambiente que essas situações, em tese, não deveriam ser reproduzidas e, ainda, deveriam proporcionar diálogos sobre essas temáticas, tidas como polêmicas, porém, necessárias.

A luta das pessoas trans, para se tornarem sujeitos ativos e reconhecidos na sociedade, é uma forma de resistência necessária para a compreensão da diversidade que constitui a sociedade. Alcançar a liberdade, nesse viés, é uma forma de valorizar e desconstruir padrões heteronormativos que são normatizados socialmente. Bourdieu (2008) reitera que a luta das pessoas trans, nos vários setores sociais que os constituem, é uma forma de resistir ao sistema dominante e classificatório que determinar o lugar de fala das minorias. Assim, apreende-se que as manifestações e estudos em torno dessa temática são o passo inicial para auxiliar no rompimento da invisibilidade desses grupos, principalmente quando se pensa na constituição humana dos sujeitos através de textos que abranjam essa temática e que possam ser discutidos em sala de aula.

[...] os mortos e as violências integram o Movimento LGBT. Eles são ressuscitados, em discurso, para legitimar a permanência da necessidade da política. Vêm, como diria Marx acerca das personagens históricas mortas em antigas batalhas, “glorificar as novas lutas” (1997:23). Isso, inclusive, frente a outras questões que concorrem, com a violência, pela centralidade da pauta política do Movimento, como é o caso da conquista dos direitos à união estável, ao casamento civil, à adoção etc. Nesse contexto, os mortos conjugam verbos. E não apenas no passado. Eles e as narrativas

---

\* A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) foi fundada em 1995, com a missão de "promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de LGBTs, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, na qual nenhuma pessoa seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de suas orientações sexuais e identidades de gênero" (ABGLT, 1995, s.p).



de violência, consubstanciadas pelas imagens de brutalidade, fazem-se presentes no cotidiano do Movimento. Próximos ou distantes, os mortos são contados e o modus operandi da violência passa a ser detalhadamente conhecido pelos militantes. No recurso às mortes, as vidas dos mortos são esquadrihadas em socorro às vidas dos vivos. Vidas e mortes, assim, acham-se dialeticamente comprometidas (EFREM FILHO, 2016, p. 316-317).

Os dados expostos confirmam um quadro preocupante no cenário brasileiro: há uma violência latente e crescente direcionada à comunidade LGBT, ampliando restrições de trabalho, educação e convívio social a ela. É um contexto social e cultural que ratificam a importância de se pensar em como processos educativos podem promover uma formação humana que leve em conta a diversidade, reconhecendo a importância do respeito à comunidade LGBT. Sob esse viés, a humanização, inserção dos direitos humanos, torna-se um fator essencial para uma formação cidadã.

## **II ABORDAGEM DE SEXUALIDADES (EX)CÊNTRICAS NO CONTEXTO ESCOLAR**

O respeito à diversidade é identificado, atualmente, como um dos valores mais importantes para a formação humana dos sujeitos. As questões que condizentes à desigualdade social têm sido pauta em diversos debates na contemporaneidade, tendo em vista as constates modificações que a sociedade vivência e o modo com estas são lidas pelas pessoas. Essas dimensões fazem parte da construção da identidade de sujeitos singulares e que, em alguns casos, são classificados enquanto minorias, com o intuito de prosseguir com o conceito de “unidade” identificado no Brasil, através de ações discriminatórias veiculadas na sociedade.

Diante disso, a identificação e respeito à diversidade é algo compreendido por algumas pessoas, em sua maioria pertencentes às classes sociais prestigiadas, como o ato de tolerar o outro e as suas “diferenciações”. A convivência e o respeito harmonioso, etapa fundamental da formação cidadã de sujeitos que compreendem e reconhecem a diversidade como parte essencial do desenvolvimento da sociedade, são, no que tange à tolerância, modos de “enformar” a homogeneidade.

Esse entendimento, por consequência, envolve relações de diversas instâncias sociais que interpelam o sujeito silenciosamente, tais como: políticas públicas, culturas, ideologias, família, igreja, etc. Logo, esses aparelhos contribuem para a leitura de questões que tangem à

raça, etnia, cor, classe social, gênero, etc, e que são manifestadas no âmbito social. Contudo, essas relações sociais que reiteram a intolerância, o preconceito e o surgimento de estereótipos, são, antes de qualquer coisa, a ausência do respeito à diversidade.

A diferença está aí, sempre esteve, para quem teve olhos pra ver. Ela não é nenhuma novidade. E não está reconhecida, respeitada, tolerada. Tudo isso implica em tentar apagar a diferença, não vivê-la, de fato, convivendo, compartilhando a vida com as diferenças que nos rodeiam. A questão é que estamos colonizados pela filosofia da representação e, em seu contexto, percebemos a diferença em relação ao mesmo e não em relação a si mesma. A lógica da representação é centrada no princípio da identidade, que afirma que uma coisa é idêntica a si mesma ( $A=A$ ) e diferente do seu outro ( $A\neq B$ ). A diferença é pensada, portanto, sempre em relação à identidade [...]. Para dizer de outra maneira, pensamos a diferença sempre em relação à algo, nunca a diferença pela diferença, ou a diferença em si mesma. Neste referencial, a diferença não é, de fato, diferença, mas simples variação. Variação do mesmo. Por isso está contida no mesmo. E pode ser respeitada, tolerada, reconhecida, porque não sai do contexto, porque não causa estrago, porque apenas confirma a norma. Seja ou não trazida para dentro da norma, ela é a confirmação da regra (GALLO, 2014, p. 186).

A diversidade e seu reconhecimento só podem ser compreendidos quando em contato entre sujeitos. Então, vê-se a importância de propiciar a condição de estar na fronteira da diversidade, pensando sobre esta. A sociedade estar-se-á sugerindo e dando voz a momentos de inter-relação de múltiplas visões de mundo e de especificidades quando se permite enxergar a diversidade sob um olhar mais respeitoso e humanizado. Por isso, há necessidade de momentos formativos e atuações em que as particularidades das diversidades não se fundem, nem se excluem, mas projetam um processo de troca e respeito, interagem e fortalecem redes de significação, tornando os sujeitos mais humanos.

É no entrelugar que os sujeitos e suas vozes, refletidas por algumas pessoas como tendenciosas ao “incorreto”, poderão emergir (BHABHA, 1998). Verifica-se essa possibilidade de ter contato com o discurso do outro, utilizando-se de textos que permitam uma leitura sensível e humana sobre a temática, uma forma de conceber a multiplicidade e compreendê-la em todas as suas dimensões constitutivas. Assim, as possibilidades discursivas produzidas a partir desse contato com o lugar de fala, com a posição-sujeito do outro, é uma das formas de contribuir para a articulação de leituras que questionem o social, os aparelhos que orientam a sociedade e, como resultado, produzir práticas sociais discursivas que compreendam os constantes aprimoramentos sociais e questionem o que é considerado incorreto, controlado pela heteronormatização.

À vista disso, quando se pensa em formação de sujeitos que necessitam de uma formação humana e cidadã que valorize a diversidade, pressupõe-se que o diálogo em sala de aula é uma maneira de potencializá-la, direcionando questionamentos que reflitam em leituras não de distinção, mas sim de conexão e relação. Conceber o mundo e as suas múltiplas diversidades é, dessa forma, a iniciativa para a reflexão do ser humano quanto ao seu agir, fazer, estar e sentir.

A perspectiva intercultural de entendimento das relações entre os sujeitos apóia-se essencialmente no diálogo, ou seja, tem seu foco no diálogo entre culturas e no interior dela e não na diferença, e compreende a existência da diferença numa perspectiva dialogada, compreendendo o sujeito condicionado pelo social e pelo cultural, mas capaz de transformar a realidade a partir da agência humana (COELHO; CONSTANTINO; MOREIRA, 2012, p. 06)

É necessária a relação entre sujeitos, culturas, leituras para o entendimento da singularidade que não pode ser reduzida sob perspectivas discriminatórias, que reafirmem a existência do preconceito à diversidade. Dessa forma, as questões que tangem à etnia, sexualidade, religião, etc, precisam ser vistas como um resultado de ações sociais que existem e são produto da história de determinada cultura.

Com base nessas colocações, entende-se que pensar no respeito necessário para a convivência e a valorização das diversidades é, portanto, compreender o ser humano constituído por uma autonomia intrínseca que, em determinadas situações, é desvanecida pelos demais, tendo em vista a imposição social e os aparelhos controladores – família, igreja, mídia, política – que interpelam silenciosamente as ações das pessoas. Um silêncio que precisa ser compreendido e questionado para que possa ser possível haver uma sociedade mais humana e cidadã (TONET, 2007).

Sob esse viés, a própria legislação educacional brasileira posiciona-se a favor de uma prática educativa que considere a formação humana e o respeito à diversidade. Exemplo disso é o exposto uma das competências gerais da Educação Básica estabelecidas pela BNCC (2017), articulada às construções do conhecimento e ao desenvolvimento da capacidade de formação de atitudes e valores apresentados pela LDB (2017). Segundo a BNCC, um dos objetivos dessa fase formativa é

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o *respeito ao outro e aos direitos humanos*, com

acolhimento e *valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais*, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, *sem preconceitos de qualquer natureza*” (BNCC, 2017, p.12). (grifos nossos)

Esses pressupostos explorados, enquanto constituintes dos documentos norteadores da educação, são identificados como de suma importância para o desenvolvimento do respeito à diversidade no âmbito educacional. Pensar na formação humana é compreender os conhecimentos, habilidades e valores necessários para uma formação direcionada à realidade social das pessoas, pensando em práticas que ampliem e apresentem novas leituras de mundo e priorizem a autonomia e a empatia das pessoas, conforme indicado na BNCC (2017).

Nesse sentido, abordar a autonomia e as necessidades coletivas que devem ser evidenciadas na sociedade é reafirmar os direitos de igualdade e liberdade e os direitos econômicos, sociais e culturais apresentados pela Organização das Nações Unidas (ONU) na resolução da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi criada com a intenção de reconhecer um conjunto de direitos que assegurem a dignidade dos cidadãos. Essa Declaração é decorrente de barbáries cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, estabelecendo um novo horizonte ético em que são identificadas as medidas éticas e de justiça que o Estado tem com seus cidadãos. Assim, o documento ratifica que

Artigo 1. *Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.* Artigo 2. 1. *Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.* Artigo 3. *Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.* Artigo 5. *Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.* Artigo 6. *Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.* Artigo 7. *Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. [...] Artigo 18. Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.* Artigo 19. *Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.* (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, [s.p]). (grifos nossos)

Lê-se, com base nisso, que, para haver o pleno exercício da cidadania, o

reconhecimento da diversidade e o respeito desta enquanto aspecto inerente à formação humana é necessário, o que inclui a premissa de que as pessoas tenham compreensão e dimensão do respeito aos direitos e deveres do ser humano. Dessa forma, vê-se há a necessidade de formação integral que contemple os princípios básicos dos direitos humanos, que iniciam nas atividades coletivas, em que a responsabilidade, o respeito mútuo, o social são exemplificados e compreendidos enquanto necessários para uma atividade cidadã consciente e pluralizada.

Ademais, ter a possibilidade de compreender as inquietudes sociais e esse silenciamento humano em situações de preconceito, pensando sexualidades “(ex)cêtrincas” é uma maneira de refletir sobre o contemporâneo e tudo aquilo que o constitui em termos de padronização social. Nos contextos formativos, como os escolares, há esta possibilidade: formar cidadãos críticos, reconhecedores de diferença entre sujeitos, incluindo as relacionadas à diversidade sexual, e impulsionadores de ações de respeito ao outro, de valorização de direitos humanos e de transformação social.

Para isso, reitera-se que os textos, enquanto ferramentas de leitura e interpretação, quando colocamos em sala de aula com o objetivo de reflexão e análise, instituem novas perspectivas de humanização e, ainda, de esperança em prol de uma realidade que põe em pauta a singularidade como errônea.

### **III A LEITURA DE TEXTOS LITERÁRIOS COMO FORMA DE SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA**

A leitura é ferramenta fundamental para o crescimento cognitivo e social dos sujeitos. As habilidades de comunicação, de interação interpessoal e de criticidade, acerca dos acontecimentos e fatores que estão relacionados com o desenvolvimento do coletivo são, nesse sentido, indispensáveis quando se trata de formação humana e leitora. Assim, ao estimular a imaginação e o senso crítico, a leitura pressupõe, ainda, a expansão da capacidade de reflexão e de pró-atividade, tendo em vista, ao aguçar os pensamentos e os posicionamentos dos indivíduos, permite o desenvolvimento de pessoas autônomas e atuantes na sociedade, bem como humanas e cientes de seu papel como sujeitos cidadãos.

O ato de ler com proficiência está ligado, nesse viés, à formação e aos incentivos de leitura que os alunos recebem desde seus primeiros contatos com a leitura, seja ela pautada

em produções escritas, visuais e/ou auditivas. Dessa forma, a leitura é um processo contínuo que está pautado no contexto formativo e educacional, seja ele formal ou informal, sendo constituído através dos interesses leitores, mas também de demandas sociais que a leitura pode atender. Entende-se, portanto, que a leitura efetiva ocorre especialmente quando motivada pela necessidade, pelo prazer e pelas abordagens variadas de assuntos que oferecem e permitem distintos posicionamentos.

Para a constituição desta seção, como forma de contribuir para a discussão da temática da diversidade sexual, com ênfase nas sexualidades “excêntricas” – travestis e transexuais, em sala de aula, analisar-se-ão os seguintes textos: miniconto “DaniELA”, de Wellington Júnior Costa (ANEXO A) e o poema “Transfobia”, de Virgínia Guitzel (ANEXO B). Justifica-se a escolha dos dois textos, tendo em vista o modo como a temática da diversidade sexual é abordada, fator que possibilita que cada texto constitua interpretações e reflexões distintas, aproximando-se das realidades dos sujeitos e favorecendo a formação leitora e humana dos docentes e discentes.

No primeiro texto selecionado, miniconto “DaniELA”, de Wellington Júnior Costa, tem-se uma narrativa de três frases nas quais são evidenciadas, através de uma linguagem simples e semanticamente pluralizada, a sensibilidade e a emoção dos desejos de um protagonista. Este, inicialmente em sua infância, expõe desde pequeno seus anseios com determinação em relação a sua identidade, inclusive sexual. A passagem do personagem da infância à fase adulta é compreendida, no miniconto, enquanto constituição autônoma do protagonista, tendo em vista a possibilidade de realizar seu desejo de redesignação sexual apenas quando chega à capital. Nesse sentido, os espaços por onde circula o personagem é sintomático da construção de sua identidade: quando morava no interior, ele tinha seus desejos reprimidos pelo convívio social restrito, contexto comum no ambiente interiorano. Entretanto, ao chegar à capital, percebe-se o modo como o ambiente favorece a libertação do personagem no que diz respeito a sua constituição identitária.

Nesse texto, a referência ao tempo é um elemento singular e plurissignificativo. O personagem tem sua nova vida alcançada à medida que busca um presente de Natal, época do ano que se caracteriza pela partilha e pela renovação das esperanças. Assim, verifica-se a sensibilidade de uma criança que se demonstra convicta de suas escolhas à medida que tem definido, neste caso verificado em seus desejos natalinos, época do ano interpretada por despertar a esperança e o amor nas pessoas, o seu maior desejo. Apropriando-se do gênero

miniconto que tem por característica ser uma narrativa curta que permite ao leitor preencher as lacunas interpretativas, é possível compreender o jogo de adição e subtração a partir do uso ou não da letra “a” realizado pelo autor, com a intenção de representar a transexualidade da protagonista.

Fica evidente, no trecho “Lá onde vivia” (COSTA, 2012, s.p), que o sujeito morava em uma cidade pequena e interiorana regida pelo conservadorismo. Um espaço social que rechaçava o que não estivesse dentro dos padrões exigidos, fazendo com que os desejos singularizados da população fossem silenciados. Dessa forma, vê-se a manifestação de um ser humano silenciado de diferentes maneiras e por vários aparelhos: família, igreja, sociedade, escola, a fim de compor um modelo de comportamento físico, íntimo e sentimental que quer omitir a diversidade sexual, valorizando uma norma, a heterossexista.

Nesse mesmo diálogo, há a figura do Papai Noel, que representa, principalmente no mundo infantil, o responsável por presentear e alegrar a todos, satisfazendo seus desejos e sonhos. No contexto do texto literário, a referência a esse tempo não é gratuita, pois ela sinaliza “a comemoração pelo nascimento de Jesus. Traz um sentimento de alegria e de esperança” (DICONÁRIO DE SÍMBOLOS, 2015, [s.p]. Esse sentimento, retratado pela simbologia do Natal, é identificado no protagonista, tendo em vista a sua manifestação de desejo de mudanças de vida e esperança de manifestação de sua verdadeira identidade e por consequência uma nova vida

A protagonista só consegue alcançar seu desejo de “[...] poder usar uma letra a mais no seu nome” (COSTA, 2012, s.p), quando se muda para a capital, local onde tem a “permissão” para ampliar seus horizontes e realizar a sua redesignação. A oposição de ideias apresentada no miniconto, com a estigmatização familiar e a expansão da verdadeira condição do protagonista ao chegar à capital, reitera o papel da família e do convívio social na formação dos sujeitos, e também o quanto essas instituições podem ratificar preconceitos, intolerâncias, violências a diversidades sexuais. Dessa forma, encontra-se, no miniconto, uma narrativa que representa o contexto brasileiro: um contexto conservador, violento e “insensível” a diversidades sexuais, como mostrado na primeira seção deste artigo e veiculado em várias notícias diárias que reiteram a violência cometida contra transexuais.

Ao final do miniconto, visualiza-se que a protagonista “cortou a palavra que sobrava no corpo e assinou Daniela” (COSTA, 2012, s.p), o que indica a ação de separar algo com o a utilização de algum instrumento. Nesse sentido, de acordo com o Dicionário Informal (2010,

s.p) o verbo “cortar” explicita o “ato de separação” do protagonista, permitindo a sua identificação com a sua nova identidade. Indica, além da resignação de gênero, o rompimento de paradigmas sociais que não permitiam a ação identitária do protagonista, o qual é rechaçado pela normatização. Logo, o acontecimento corrobora com a ideia da liberdade conquistada, com um novo sentido na consituição do ser humano. Além disso, mostra que a aceitação social torna-se possível pelo deslocamento geográfico da personagem, tendo em vista estar na capital dá a ela uma condição legal que fornece um determinado “consentimento” à nova identidade já que no interior essa condição não era favorecida.

Compreende-se, nesse viés, que ter assinado “DaniELA” é um símbolo de vitória, mesmo que sutil, para o protagonista. Este, ao ter a possibilidade de expressar-se sentimentalmente e fisicamente, tem sua voz emergida, de modo que, a partir do momento em que assina “DaniELA”, conquista, também, seu espaço e lugar de fala na sociedade, aspecto mencionado por Bhabha (1998) ao dissertar sobre o “incorreto” como parte inerente da diversidade social e, principalmente, como possibilidade ativa de posição-sujeito, que tem espaço e voz na sociedade. Dessa forma, percebe-se que esse acontecimento, repleto de sensibilidade humana, permite que a voz do protagonista seja ouvida, em forma de protesto em prol da diversidade social, dos desejos singulares e dos direitos e deveres dos cidadãos.

Pensando nesse ato, percebe-se como todas as formas de manifestação da existência humana são lidas e se realizam perante situações cotidianas, sejam elas com um viés cooperativo ou não, conforme retratado no miniconto. Com efeito, é a partir da ação realizada que se conduz e determina a essência do ser humano, a qual é identificada como um resultado dos processos de formação histórica, ideológica que são constantemente modificados pelos processos de construção, seja no campo individual ou coletivo, que norteiam seu crescimento, refletido na cidadania (MARSCHALL, 2002).

O trabalho com o miniconto “DaniELA”, em sala de aula, permitirá que os alunos e professores discutam sobre eixos muito importantes na consituição humana: família e sociedade. Esse texto explora de forma sutil experiências da transexualidade a partir de um foco narrativo que evidencia as dificuldades de um sujeito trans em ter sua identidade sexual consumada. Dessa forma, a narrativa supõe que os leitores elaborem inferências e desenvolvam a sua capacidade humanização, de pôr em evidência a sensibilidade e a prática da ética da alteridade, fatores indispensáveis quando se pensa na implantação do respeito mútuo na sociedade (CANDIDO, 1995).



O segundo texto selecionado, o poema “Transfobia”, de Virginia Guitzel, expõe, através de uma linguagem poética e com entrelinhas sensíveis, a resistência exigida pelos transexuais na sociedade. Composto em três estrofes de dezessete versos, o poema tem a voz do sujeito trans rodeado por comentários preconceituosos e ações que, mesmo agredindo-lhe enquanto ser humano, motivam-lhe a resistir e a lutar, como expresso nos versos “Sei / Há que resistir” (GUITZEL, 2017 s.p).

Nesse sentido, o poema, utilizando-se de uma linguagem informal e com a ausência de rimas, narra um situação discriminatória. Há, a partir da utilização desses recursos, uma reafirmação da veracidade da ação preconceituosa direcionada ao sujeito trans que, de acordo com a verbalização descrita, não poderia ter contato com pessoas consideradas heterossexuais, tal como nos versos “Disseram algo, / Mais ou menos assim / Onde já se viu / Rapaz tão bonito / Com aquele traveco ali?” (GUITZEL, 2017).

Os versos expostos reproduzem um comentário maldoso e ofensivo, enaltecido, com ênfase, pela conjugação do verbo “disseram” em terceira pessoa do plural, o que incita a leitura de que essa opinião parte da coletividade. Ademais, a disseminação dessa violência verbal, no caso do poema, é visualizada, também, pela apresentação do termo “traveco”, que traz em sua história um significado pejorativo. O uso do sufixo “eco”, nas palavras, reporta ao significado de inferioridade, atribuindo um valor desrespeitoso e imoral. Além disso, apresenta uma subjetividade do sujeito, positiva, quando se trata de uma peculiaridade relacionada ao tratamento dentro do grupo, ou negativa, que pode incentivar ou provocar interpretações contrárias. Ao passar de alguns anos, o termo “travesti” adquiriu um teor político e foi ressignificado, com o intuito de manifestar como a nomenclatura pode prejudicar a o reconhecimento social dessa minoria (CADERNO, 2017). Essa conquista é compreendida como uma das formas de visibilidade dos sujeitos trans, o que favorece a diminuição da transfobia.

A transfobia, identificada como uma das formas de preconceito contra a diversidade sexual e retratada no poema, refere-se à discriminação contra pessoas trans – transexuais, transgêneros ou travestis – baseadas na identidade de gênero. A transfobia é constante na sociedade brasileira e pode ser visualizada em casos de extrema violência. Algumas instâncias são desenvolvidas pela violência e outras podem envolver a falta de conhecimento sobre o assunto, sobre os direitos e os deveres dos cidadãos e, até mesmo e, principalmente, por condições sociais e/ou religiosas.

São múltiplas as violências cometidas contra as pessoas transexuais. A patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores. Cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco. Quando se afirma que existe uma norma de gênero, deve-se pensar em regras, leis, interdições e punições. (BENTO, 2011, p. 554)

Ao realizar um diálogo entre o eu lírico e o leitor do poema, no terceiro verso “Imagina ou entende?” (GUITZEL, 2017, s.p), identifica-se um recuso de aproximação e de proposta de sensibilização entre o leitor e o lugar de fala do eu lírico. Essa atitude, ao atrelar-se ao fato a descrição dos trans ouvirem “Risadas sem graça” e sentirem um “Incômodo próprio” (GUITZEL, 2017, s.p), incita a uma leitura de prática da ética da alteridade, momento em que o respeito e empatia são colocados em diálogo, fazendo com que o leitor reflita sobre situações de criação de estereótipos, piadas e palavras de baixo calão que causam desconforto.

A constituição das relações sociais que se estabelecem a partir de conceitos heteronormativos impostos pela sociedade, reiteram como a falta de empatia e de reconhecimento da singularidade sentimental, física e humana das pessoas são importantes. O silenciamento dos sentimentos alheios e a indiferença manifestada, conforme se pode ler nos versos “Riem dele / Porque riram de mim /Disseram algo, /Mais ou menos assim / Onde já se viu / Rapaz tão bonito / Com aquele traveco ali?” (GUITZEL, 2017, s.p), são exemplos de proliferação de rótulos e de desmoralização social.

Ao trazer esses registros de violência ao sujeito trans, o poema cumpre duas funções sociais: a de registrar literariamente; e a de sensibilizar os leitores para um problema que, além de social, é cultural – legitimação de apenas uma identidade sexual, que é a hetero. Em sociedades conservadoras e violentas como a brasileira, o poema de Virginia Guitzel externaliza de forma sensível acontecimentos cotidianos. Mas é um grito de resistência não só porque se permite contemplar um tema para o qual a sociedade não quer dar atenção devida, mas também porque possibilita que a perspectiva humana seja valorizada em tempos em que a violência, a discriminação e o desrespeito à comunidade LGBT são alarmantes.

A luta identificada no poema “Sei / Há que resistir” (GUITZEL, 2017, s.p) demonstra como os sujeitos trans sofrem com o desprezo social e como estes potencializam suas lutas através de ações e manifestações na comunidade. O tempo presente do verbo haver ratifica a

ideia de assertividade e certeza da ação que introduz – a de resistir, ao mesmo tempo a ausência de sujeito na oração mostra que a luta de resistência é coletiva, para todos e não apenas para a comunidade LGBT. No poema, a todos é dado o desafio, o que sugere a ação de resistência como algo necessário para a construção de uma outra sociedade livre de preconceitos sexuais e das consequências que estes trazem.

## CONCLUSÕES

Com base no exposto nas seções anteriores, assevera-se a urgência contemporânea existente quando se põe em questão a carência da educação voltada à diversidade sexual. A inserção da pluralidade social, das diferenças socioculturais e de identidades sexuais são pouco discutidas em atividades pedagógicas, tendo em vista o modo como a padronização social silencia as discussões em torno dessas temáticas, seja através de discursos de ódio propagados pela mídia ou por manifestações ideológicas pertinentes e disseminadas por diversos aparelhos ideológicos que constituem a comunidade.

Assim, é com base nessa necessidade e pensando na formação humana e sensível dos sujeitos, que se propôs, neste artigo, apresentar uma leitura de dois textos literários que abrangem a temática da diversidade sexual, com a intenção de contribuir para a formação humana e sensível dos sujeitos, que identifiquem a literatura e o processo formativo escolar enquanto ressignificantes das práticas discursivas reproduzidas que reiteram violência contra os LGBT.

Compreende-se que essas possibilidades interpretativas elaboradas a partir da leitura de textos literários, que questionam o social e os sentidos que este constitui, muitas vezes são silenciadas por ações sociais que, atualmente, fundamentam-se na solidez de uma unidade nacional, em que a diversidade é vista como uma afronta, uma anormalidade que deve ser repugnada. Por isso, reconhecer os textos literários como uma proposição de formação humana e sensível, é uma forma de permitir a circulação de uma perspectiva humanística que respeite a liberdade individual e exercite a ética da alteridade em todos os setores sociais.

Com base nisso, ao se expor uma breve análise dos dois textos literários, observa-se que a abordagem da temática das sexualidades, em uma perspectiva formativa, utilizando-se dos textos literários como ferramenta central para a mediação da leitura e de reflexões, permite-se a construção de pressupostos que fazem alusão ao contemporâneo e ao midiático

que rege a sociedade e sua padronização. Entende-se, que a exploração desses textos, dialogados com a realidade social dos sujeitos e discutidos em sala de aula, favorece uma leitura político-contemporânea que reflete na formação humana e cidadã dos cidadãos. Assim, o uso de textos que explorem assuntos deixados à margem na sociedade, como é caso da diversidade sexual, possibilitam ressignificação de conceitos e a reestruturação de visões estanques sobre parâmetros de sexualidade sacralizados em sociedades conservadoras como a brasileira e carente de questionamento.

Ademais, assevera-se que os textos, como centro das discussões em sala de aula, assumem um fator constituinte da formação humana e leitora. Neles, há uma abordagem dos direitos e deveres dos sujeitos, da formação cidadã dos indivíduos, da sensibilização do ser humano enquanto agente das ações sociais que refletem ou não em situações de violência e preconceito e, principalmente, uma proposta de humanização, de identificação da singularidade como fonte de resistência ao que se propõe enquanto anormal. Dessa forma, as leituras propostas com base nos textos literários selecionados podem servir como um subsídio didático-reflexivo para o professor e seus alunos em sala de aula, colocando em pauta reflexões pertinentes, aspecto inerente à formação escolar e humana. Ademais, as leituras pressupõem uma posição político-social escolar frente às decisões visualizadas atualmente, no cenário político brasileiro, sobre a educação.

Essas ações pedagógicas, quando pautadas no respeito à diversidade que constitui os âmbitos sociais, corroboram para a concretização do “princípio da política curricular da identidade e da diferença” (BRITO; SILVA; SALES, 2018, p. 354), a qual se ampara no reconhecimento da importância do outro para a constituição pessoal. Há, quando se aborda os textos literários como ferramenta de diálogo para assuntos considerados tabus, a identificação da diversidade como uma dinâmica de convivência e de troca empática de experiências e valores, em que as ações humanas e as posições-sujeito são enaltecidas em discursos conduzidos e visualizados enquanto necessários para a produção do conhecimento e para as relações entre as pessoas, proliferando o respeito mútuo e uma educação humana e formativa qualificada.

## REFERÊNCIAS

ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos->

assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 02 set. 2019.

ABGLT. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT**. Curitiba: ABGLT, 2010.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?**. São Paulo: Brasiliense, 2008. Brasília: Letras Livres. EdUnB, 2009.

BABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008. 560p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf)> Acesso em: 16 set. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2017. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf)> Acesso: 16 set. 2019.

BRITO, Elissandra Maria Conceição de; SILVA, Marluce Pereira da; SALES, Laurenia Souto. **Diversidade sexual no contexto escolar**: posicionamentos discursivos em dizeres de docentes. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/viewFile/2705/1614>>. Acesso em: 20 set. 2019.

CADERNO Globo 12. **Corpo**: artigo indefinido. São Paulo: Globo Comunicação e Participantes S.A., 2017

CANDIDO, Antônio. O direito a literatura. In: \_\_\_\_\_. **Vários Escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p.169-191.

CELI, Renata. **Movimento LGBT**. 2019. Disponível em: <<https://www.stoodi.com.br/blog/2019/02/07/movimento-lgbt-o-que-e/>> Acesso em: 30 ago. 2019.

EFREM FILHO, Roberto. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 46, p. 311-340, jan/abr 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n46/1809-4449-cpa-46-0311.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2019

GALLO, S. Diferenças, multiplicidade, transversalidade: para além da lógica identitária da diversidade. In: RODRIGUES, Alexsandro et al (Org.). **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: Edufes, 2014

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**: uma teoria do efeito estético. Vol.1 São Paulo: Editora 34, 1996.

MARTINS, Marco Antonio Matos; FERNANDEZ, Osvaldo; NASCIMENTO Érico Silva do. **Acerca da violência contra lgbt no Brasil**: entre reflexões e tendências. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278500487\\_ARQUIVO\\_ACERCADAVIOLENCIACONTRALGBTNOBRASIL.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278500487_ARQUIVO_ACERCADAVIOLENCIACONTRALGBTNOBRASIL.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2019.

PINHONI, Marina. **Parada gay de 2019**. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/29/23a-parada-lgbt-movimentou-r-403-milhoes-em-sao-paulo-diz-prefeitura.ghtml>>. Acesso em: 30 ago. 2019.